



**ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR BENEFICENTE
MOACIR MICHELETTO**

ASSIS CHATEAUBRIAND - PR

DEMONSTRAÇÕES CONABEIS

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Sr.

Provedor e Conselheiros da

ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR BENEFICENTE MOACIR MICHELETTO

Assis Chateaubriand - PR

Examinamos as demonstrações contábeis da **ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR BENEFICENTE MOACIR MICHELETTO DE ASSIS CHATEAUBRIAND - PR**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos no parágrafo Base para opinião com ressalva, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR BENEFICENTE MOACIR MICHELETTO DE ASSIS CHATEAUBRIAND - PR** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião, exceto quanto:

Não foram aplicadas as disposições do Pronunciamento Técnico CPC 01 no ativo imobilizado, que trata dos testes de “impairment” - ajuste ao valor recuperável dos ativos não monetários, e não possuem controles eficientes para os bens que compõem o ativo imobilizado., cujos efeitos no resultado e patrimônio líquido não foram possíveis de mensurar.

Os custos com materiais e equipamentos médicos, são reconhecidos diretamente nas contas de resultado, sem que haja o correto registro nas contas do estoque, afetando o resultado do exercício, cujo os efeitos não podemos aferir.

Ênfase

As demonstrações contábeis foram elaboradas no pressuposto da continuidade dos negócios da administradora, tendo em vista que, o patrimônio líquido apresentado a descoberta. A administração está se empenhando em adequar esta situação ao decorrer do exercício de 2018 com a busca de novos convênios e a conclusão das obras em andamento. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros Assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 apresentados ara efeitos comparativos foram analisadas por outros auditores que, emitiram do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, em 27 de março de 2017 com limitação de escopo devido ao hospital não ter adotado os procedimentos técnicos elencados no CPC 01 - Resolução 3.566/2008, que trata dos testes de Impairment.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor.

A administração da entidade é responsável por essas outras informações obtidas até a data deste relatório, que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração obtido antes da data deste relatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento

das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em

continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 27 de abril de 2018.

LINK AUDITORES E CONSULTORES
CRC-PR Nº 8528/O-8

FABIANO RICARDO PEREIRA
CONTADOR CRC-PR Nº 51.691/O-6

**ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR BENEFICENTE
MOACIR MICHELETTO DE ASSIS CHATEAUBRIAND PR**

ASSIS CHATEAUBRIAND - PR

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em Reais)

A T I V O

	2017	2016
		Reclassificado
ATIVO CIRCULANTE	43.678,02	15.820,52
DISPONIBILIDADES	9.173,67	9.463,08
Caixa e Bancos Cta. Movimento	7.754,23	6.779,94
Aplicações Financeiras	1.419,44	2.683,14
CRÉDITOS	34.504,35	6.357,44
Clientes	8.251,76	0,00
Adiantamento de Férias	18.190,38	4.370,68
Créditos Diversos	8.062,21	1.986,76
ATIVO NÃO CIRCULANTE	665.639,35	705.833,40
IMOBILIZADO	647.983,47	679.349,48
Imóveis	286.602,09	286.602,09
Instalações	0,00	0,00
Móveis e Utensílios	127.854,39	113.694,39
Maquinas e Equipamentos	272.143,34	272.143,34
Bens de Terceiros	76.598,38	76.598,38
(-) Depreciação Acumulada	-115.214,73	-69.688,72
INTANGÍVEL	17.655,88	26.483,92
Software	44.140,00	44.140,00
(-) Amortização Acumulada	-26.484,12	-17.656,08
TOTAL DO ATIVO	709.317,37	721.653,92

**ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR BENEFICENTE
MOACIR MICHELETTO DE ASSIS CHATEAUBRIAND PR**

ASSIS CHATEAUBRIAND - PR

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em Reais)

PASSIVO

	2017	2016
		Reclassificado
PASSIVO CIRCULANTE	1.168.365,00	913.570,86
Fornecedores	377.598,45	243.509,64
Empréstimos e Financiamentos	51.446,66	44.881,36
Obrigações Sociais e Trabalhistas	176.260,33	469.812,03
Obrigações Fiscais	214.536,10	145.039,83
Outras Obrigações	348.523,46	10.328,00
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	76.598,38	76.598,38
EXIGÍVEL À LONGO PRAZO	76.598,38	76.598,38
OBRIGAÇÕES DIVERSAS	76.598,38	76.598,38
Equipamentos de Terceiros	76.598,38	76.598,38
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-535.646,01	-268.515,32
Patrimônio Social	-268.515,32	40.110,70
Déficit do Exercício	-267.130,69	-308.626,02
TOTAL DO PASSIVO	709.317,37	721.653,92

**ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR BENEFICENTE
MOACIR MICHELETTO DE ASSIS CHATEAUBRIAND PR**

ASSIS CHATEAUBRIAND - PR

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

(Em Reais)

	2017	2016 Reclassificado
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	6.198.909,22	4.981.016,85
RECEITA COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	6.144.638,12	4.837.020,79
Prestação de Serviços ao SUS	1.384.672,44	1.144.238,85
Prestação de Serviços Convênios	109.965,68	11.521,94
Prestação de Serviços Prefeitura	4.650.000,00	3.681.260,00
RECEITA DA ATIVIDADE MEIO	54.271,10	143.996,06
Doações Recebidas	54.271,10	143.996,06
(-) DEDUÇÕES DAS RECEITA BRUTA	-506,60	-5.924,83
Glosas Convenio e Cancelamento de Vendas	0,00	0,00
Devoluções	-506,60	-5.924,83
RECEITA LÍQUIDA	6.198.402,62	4.975.092,02
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	-4.421.975,79	-3.848.882,77
SUPERÁVIT BRUTO	1.776.426,83	1.126.209,25
DESPESAS OPERACIONAIS	-2.043.557,52	-1.449.073,89
DESPESAS ATIVIDADE FIM SAÚDE	-1.937.244,09	-1.389.545,24
Despesas com Pessoal Administrativo	-267.955,17	-346.117,12
Despesas Gerais Administrativas	-1.689.813,96	-1.058.973,22
Outras Receitas/Despesas	20.525,04	15.545,10
RESULTADO FINANCEIRO	-106.313,43	-59.528,65
Despesas Financeiras	-110.166,01	-63.676,92
Receitas Financeiras	3.852,58	4.148,27
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	0,00	14.238,62
Receita Contrib. Soc. Usufruída Fim Saúde	0,00	0,00
Previdenciárias	474.687,59	472.853,91
Federais	44.839,14	34.672,82
Municipais - ISS	59.785,46	46.230,43
(-) Isenções	-579.312,19	-553.757,16
Recetas não Operacionais	0,00	14.238,62
DÉFICIT OPERACIONAL	-267.130,69	-308.626,02
DÉFICIT DO EXERCÍCIO	-267.130,69	-308.626,02

ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR BENEFICENTE
MOACIR MICHELETTO DE ASSIS CHATEAUBRIAND PR

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em Reais)

EVENTOS	PATRIMÔNIO SOCIAL	DÉFICIT DO EXERCÍCIO	T O T A L
SALDO BALANÇO EM 31.12.15	326.908,01	-286.797,31	40.110,70
TRANSF. P/ PATRIM. SOCIAL	-286.797,31	286.797,31	0,00
DÉFICIT DO EXERCÍCIO	0,00	-308.626,02	-308.626,02
SALDO BALANÇO EM 31.12.16	40.110,70	-308.626,02	-268.515,32
TRANSF. P/ PATRIM. SOCIAL	-308.626,02	308.626,02	0,00
DÉFICIT DO EXERCÍCIO	0,00	-267.130,69	-267.130,69
SALDO BALANÇO EM 31.12.17	-268.515,32	-267.130,69	-535.646,01

**ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR BENEFICENTE
MOACIR MICHELETTO DE ASSIS CHATEAUBRIAND PR**

ASSIS CHATEAUBRIAND - PR

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

(Em Reais)

	2017	2016 Reclassificado
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Déficit Líquido	-267.130,69	-308.626,02
Ajustes por:		
Depreciação e Amortização	54.354,05	31.817,71
(Déficit) Ajustado	-212.776,64	-276.808,31
(Aumento) Diminuição nos Ativos		
Clientes	-8.251,76	0,00
Adiantamento de Férias	-13.819,70	5.794,35
Outros Valores a Receber	-6.075,45	1.674,37
Aumento (Diminuição) nos Passivos		
Fornecedores	134.088,81	77.484,41
Obrigações Sociais e Trabalhistas	-293.551,70	183.264,96
Obrigações Fiscais	69.496,27	86.912,58
Outras Obrigações	338.195,46	18.236,32
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	7.305,29	96.558,68
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(-)Aquisição de Bens para o Ativo	-14.160,00	-113.245,42
Caixa líquido obtido(aplicado) das/nas Atividades Investimen	-14.160,00	-113.245,42
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Variação em empréstimos	6.565,30	11.939,74
Caixa líquido obtido(aplicado) das/nas atividades financiamen	6.565,30	11.939,74
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE	-289,41	-4.747,00
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	9.463,08	14.210,08
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	9.173,67	9.463,08

**ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR BENEFICENTE
MOACIR MICHELETTO DE ASSIS CHATEAUBRIAND PR**

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO
EXERCÍCIO FINDO EM 31.12.2017**

I. CONTEXTO OPERACIONAL:

A associação Hospitalar Beneficente Moacir Micheletto de Assis Chateaubriand – PR é uma Entidade sem fins lucrativos, filantrópica, direcionada exclusivamente como sua principal finalidade a prestação de serviços hospitalares a comunidade.

II. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31/dez./2017 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações-Lei nº 6.404/76 alteradas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, em consonância com as disposições contidas na regulamentação determinada pelo Decreto nº 8.242 de 23/mai./2014, que regulamenta a Lei nº 12.101 de 27/nov./2009 e alterações Lei nº 12.868/2013, que trata da escrituração das demonstrações contábeis e financeiras das entidades de fins filantrópicos, nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e ITG 2002.

III. SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS:

a) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Esta nomenclatura abrange o caixa e os depósitos bancários à vista, considerados como recursos de liquidez imediata.

b) APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Encontram-se registradas pelo valor original, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do balanço, através do critério “pró-rata” quando aplicável.

c) IMOBILIZADO

Demonstrados pelo custo de aquisição ou construção, menos a correspondente depreciação acumulada. Os encargos de depreciação e amortização foram calculados pelo método linear, mediante a aplicação de taxas que levam em conta o tempo de vida útil econômica dos bens.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Entidade. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

CONTA	VALOR R\$ 2017	VALOR R\$ 2016	VARIAÇÃO + (-)
IMOBILIZADO			
- Construções	286.602,09	286.602,09	0,00
- Móveis e Utensílios	127.854,39	113.694,39	14.160,00
- Maquinas e Equipamentos	272.143,34	272.143,34	0,00
- Bens de Terceiros	76.598,38	76.598,38	0,00
- (-) Depreciações Acumuladas	-115.214,73	-69.688,72	-45.526,01
TOTAL	<u>647.983,47</u>	<u>679.349,48</u>	<u>31.366,01</u>

d) FORNECEDORES

Os saldos desta conta são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de terceiros no curso normal das operações, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

e) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A PAGAR

São registrados pelo valor do principal, acrescidos dos encargos financeiros proporcionais até a data do balanço:

O saldo de R\$ 51.446,66, refere-se ao crédito rotativo junto ao banco SICOOB, a um custo efetivo de 7,99% a.m.

f) PATRIMONIO LÍQUIDO –(a DESCOBERTO)

O total de R\$ -535.645,93 (quinhentos e trinta e cinco mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e noventa e três centavos) está assim apresentado:

Patrimônio Social	-268.515,32
Déficit do Exercício	<u>-267.130,61</u>
	-535.645,93

g) DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC).

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade – CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002.

O método na elaboração do fluxo de caixa utilizado pela entidade foi o indireto.

IV. DEMONSTRATIVOS DE SERVIÇOS PRESTADOS - SAÚDE.

a) Receitas da Atividade Fim Saúde

Origem dos Atendimentos	Valor R\$	%
Ministério da Saúde Atendimento SUS	1.384.672,44	22,53%
Convênios	109.965,68	1,79%
Convênio Prefeitura	4.650.000,00	75,68%
	6.144.638,12	100,00%

Atendimentos Realizados

Origem dos Atendimentos	Nº Pacientes/Dia	%
Ministério da Saúde Atendimento SUS	1.645	78%
Particular	106	5
Convênio	355	17
	2.106	100,00%

b) Receitas da Atividade Meio

Doações Recebidas	54.271,10
-------------------	------------------

V. ISENÇÃO S/ RECEITA – ATIVIDADE FIM SAÚDE.

De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC T 10.19 / Resolução 966 de 16/05/2003 do CFC), recomenda que as entidades beneficiadas com isenção de tributos e contribuições devem evidenciar, em Notas Explicativas, suas receitas com e sem gratuidade de forma segregada, e os benefícios fiscais gozados, conforme demonstramos a seguir:

ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

INSS - Quota Patronal (20%)	R\$	342.367,35
INSS – Terceiros (5,8%)	R\$	104.376,28
RAT – (3%)	R\$	27.943,96
Total Isenções Previdenciárias:	R\$	474.687,59

ISENÇÕES FEDERAIS - COFINS

COFINS :	R\$	44.839,14
----------	-----	------------------

ISENÇÕES MUNICIPAIS - ISS

ISS:	R\$	59.785,46
------	-----	------------------